



ANAIS

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

IX Colóquio Nacional Cultura e Poder

**VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

V Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2023

**GT-10: Memórias, Arquivos das ditaduras e pensamento
social-político religioso**

MEMÓRIA E FONTES DOCUMENTAIS SOBRE OS CONFLITOS AGRÁRIOS DO NORTE DO PARANÁ: PORECATU (1948 – 1951)

Natália Gonçalves de Andrade (UEL-G)¹

Fabio Lanza (UEL)²

Luan Prado Piovani (UNICAMP-PG)³

2

RESUMO

Este trabalho debruçou-se sobre as relações estabelecidas entre posseiros envolvidos na Guerrilha de Porecatu e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ocasião do conflito e como estas estão inseridas no contexto da formação da economia agroindustrial praticada no norte do Paraná. Para tanto foram utilizadas pesquisas de caráter documental, aliadas ao procedimento de levantamento bibliográfico sobre a Guerrilha de Porecatu (1948-1951). A pesquisa documental sobre o conflito agrário ocorreu com fontes retiradas do Relatório Estadual Paranaense da Comissão da Verdade “Teresa Urban” (CEV PR), os quais encontram-se em caráter de domínio público. Os resultados preliminares indicam que o Estado do Paraná interveio de forma a conservar a concentração fundiária, por meio da imposição da violência aos posseiros e trabalhadores da terra; também há indicativos de que as terras em disputa foram fundamentais para a instalação do projeto agroindustrial na região.

Palavras-chave: Guerrilha de Porecatu; Serviço Nacional de Informação; Comissão Estadual da Verdade; Conflito fundiário; Partido Comunista Brasileiro.

¹ Graduanda em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista PROINEX- UEL. Não bolsista vinculada ao Programa de Iniciação Científica (PROIC). E-mail: natalia.goncalves@uel.br.

² Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UFC-UEL), Londrina/PR. E-mail: lanza@uel.br

³ Pós-graduando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail de contato: luan.piovani98@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao deslocar-se de uma cidade à outra, no extremo norte do Paraná, não é raro deparar-se com uma paisagem composta por extensas plantações de milho, soja, trigo entre outras culturas de larga escala. Um olhar acostumado com o território "pé-vermelho" pode, por vezes, considerar as grandes monoculturas como uma característica favorecida exclusivamente pela geografia norte paranaense. No entanto, uma análise mais detida, revela que, por trás das grandes lavouras, existe um amplo processo econômico em franca expansão, o qual movimentou grandes montantes financeiros e se insere em um projeto de industrialização do campo pensado e mobilizado por diversos agentes.

No decorrer do processo histórico que abarca a industrialização do campo norte paranaense, um episódio específico — a Guerrilha de Porecatu —, pode fornecer pistas para a compreensão de alguns fatores envolvidos nesse contexto. Além disso, a análise desse período também pode reposicionar memórias de resistência ao modelo econômico praticado na agricultura local (LEOCÁDIO, 1994), além de explicitar algumas formas as quais o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se relacionava com as mobilizações sociais no campo e qual foi o impacto dessa experiência de luta armada nas demais ações do partido (OIKAWA, 2011).

A base fundamental sobre a qual se apoia a presente pesquisa é o relatório final da Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban, publicado em 27 de novembro de 2017. Esse documento figura enquanto um importante movimento no sentido da justiça de transição brasileira ao resgatar a memória de centenas de presos, mortos e desaparecidos políticos do Estado do Paraná, entre os anos de 1946 a 1988. O grupo de trabalho “Violações no Campo e povos indígenas” apresenta os resultados de densas pesquisas realizadas acerca dos conflitos fundiários no estado, em parceria com o grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Fórum Paranaense de Resgate da Memória, Verdade e Justiça.

Dentre esses conflitos, a Guerrilha de Porecatu figura como a maior disputa agrária paranaense do século XX (OIKAWA, 2011), envolvendo propriedades nas cidades de Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã e Guaraci, no extremo norte do estado. Para tanto, a pesquisa documental foi baseada na proposta metodológica de May (2004).

Ainda sobre os aspectos metodológicos, convém destacar a opção de nomear os agentes envolvidos no conflito conforme a aceção de Piori (2009), a qual articula os termos posseiro, referindo-se aos trabalhadores ligados à terra regularizada em caráter de minifúndio, e grileiro,

tratando-se daqueles que se apropriam da terra através de processos ilegais. A respeito disso, Priori afirma:

Portanto, são esses dois agentes sociais - posseiro e grileiro - os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX. A presença desses grandes grileiros na região, que através da polícia, de jagunços e de pistoleiros expulsavam e tomavam as terras dos posseiros é que vai motivar a organização de uma resistência - que posteriormente se transformou em resistência armada - com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes (PRIORI, 2009, p.02).

A guerrilha de Porecatu mobilizou diversas comunidades de trabalhadores rurais do norte do Paraná em resistência à implantação passiva do latifúndio monocultor e da homogeneização do trabalho no campo. No entanto, apesar de sua relevância histórica, política e geográfica, o conflito ainda apresenta-se como um objeto, relativamente, pouco conhecido nos contextos escolar e acadêmico, do norte do Paraná.

2 O Conflito

As tensões na região remontam à política de atração de mão de obra executada por Manoel Ribas, interventor do Paraná durante o governo de Getúlio Vargas, a qual distribuiu cerca de 120 mil hectares e atraiu famílias de diversos estados do Brasil. Os primeiros colonos, vindos sobretudo do estado de São Paulo, assentaram-se em pequenas propriedades no Vale do rio Paranapanema e concentraram-se no manejo da terra para cultivo de gêneros alimentícios como milho, mandioca e hortaliças. Em menos de dois anos após a instalação das famílias, essas áreas começaram a ser invadidas a mando de fazendeiros interessados em anexar os lotes recém-ocupados, que mostraram-se extremamente produtivos (OIKAWA, 2011).

Conforme Leocádio (1994), a chegada de Moisés Lupion ao governo do Estado, em 1947, agravou ainda mais a situação: quase 20 mil alqueires destas terras foram cedidos à fazendeiros próximos ao governador, em tratativas nebulosas e sem a emissão de títulos de propriedade. Muitos dos fazendeiros beneficiados nestas ações vendiam prontamente suas terras à terceiros. Além disso, as diversas reivindicações jurídicas dos trabalhadores rurais, que buscavam a legitimação dos documentos de posse elaborados pelo governo de Manoel Ribas, não foram sequer respondidas. (LEOCÁDIO, 1994).

A fim de anexar as terras “na prática” por meio da violência, os fazendeiros, frequentemente, contratavam jagunços para pressionar, torturar e matar os camponeses que

resistissem em suas propriedades. A Polícia Militar, durante o governo Lupion, também foi uma grande aliada na defesa dos interesses dos fazendeiros no Norte do Paraná. FONTES

Convém destacar o papel dos cartórios de imóveis nesse conflito, enquanto órgãos de demarcação legítima da terra. Nesse sentido, a atuação, por vezes, arbitrária destas instituições de caráter jurídico-contábil foi parte constitutiva dos processos de grilagem de terras ocorridas no norte do Paraná, a partir da oficialização documental de posse de propriedades a quem, de fato, não as possuía (OLIVEIRA, 2020).

Após diversas investidas dos jagunços locais, em 1944 foram fundadas as duas primeiras associações de trabalhadores da terra, que mais tarde serão denominadas Ligas Camponesas (PRIORI, 2009), ambas centradas no objetivo de legalizar a posse da terra.

Ao mesmo tempo, a organização nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) definiu como plano de ação a luta pela reforma agrária e, para tanto, criou a Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo objetivo principal era promover e apoiar conflitos agrários de caráter antiimperialista e anti-latifundiário. Dessa forma, a partir de 1948, o PCB começa a se envolver diretamente na questão fundiária de Porecatu (OIKAWA, 2011).

Após diversas tentativas frustradas de regularizar as terras em disputa por meios jurídicos, em novembro de 1948, o grupo composto por posseiros e lideranças do PCB decide pela luta armada como estratégia de reivindicação. De acordo com Priori (2009), nesse contexto ocorre a formação de duas frentes principais: uma baseada na luta armada e outra de caráter legal. Além disso, havia, sobretudo na cidade de Londrina, membros do Partido que frequentemente visitavam a região em conflito para levar suprimentos, munições e medicamentos. O PCB também auxiliou os posseiros com treinamento de táticas de guerrilha e material de formação política.

Em 1951, a luta atingiu seu ápice tanto em termos de organização interna quanto na dinamicidade dos conflitos armados. Foram estipulados os “Doze mandamentos dos posseiros de Porecatu”, nos quais além do objetivo inicial da posse da terra, a população passou a demandar melhores condições de vida para trabalhadores, arrendatários e meeiros que somaram à causa.

Conforme descreve Priori (2010, p. 376), os Doze mandamentos dos posseiros de Porecatu são:

1. entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega, também imediata, dos títulos, e distribuição das terras griladas, das chamadas “fazendas” e das terras devolutas aos camponeses pobres;

2. indenização pelo justo valor aos posseiros;
3. anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseiros e trabalhadores;
4. remoção da polícia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas;
5. punição dos assassinos e mandantes dos massacres dos posseiros;
6. eleição de uma comissão de posseiros para nova divisão das terras;
7. reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo;
8. Cr\$ 3.000,00 pelo trato de mil pés de café, com direito a planta - Cr\$ 40,00 por saco de 110 litros de café colhido;
9. pagamento em dinheiro todas as quinzenas;
10. Cr\$ 50,00 livres, por dia de 8 horas de trabalhos para os volantes e colonos;
11. pagamento das férias, inclusive as atrasadas;
12. para formação de 10.000 pés de café, pagamento de Cr\$ 3.000,00, com direito de colheita até o quinto ano;

De acordo com Silva (1996), o auge do conflito agrário ocorreu com o início do mandato de Bento Munhoz da Rocha Netto, no ano de 1951. O governo do Estado tentou resolver o conflito propondo o reassentamento de um número restrito de famílias, além de ignorar outras exigências como o perdão aos combatentes e interferência na política de preços praticadas na região.

Desgastados pelos anos de luta, mas insatisfeitos com a proposta insuficiente, os camponeses recusaram essa negociação e deram início ao conflito armado, seguindo a orientação do PCB. A respeito disso, Priori afirma:

É difícil estabelecer com precisão o que se seguiu imediatamente após a decisão dos posseiros optarem pela luta armada. Contudo, pode-se concluir que o PCB tratou de preparar o terreno para assentar operacionalmente os grupos armados, cujos embriões já existiam...(PRIORI, 2009, p.05)

Para enfrentar os posseiros, o Estado do Paraná mobilizou a Delegacia de Ordem Política Social (DOPS- PR) e a Polícia Militar (PRIORI, 2009, p.03). Nesse episódio, ocorrido em 17 de julho de 1951, dezenas de pessoas foram assassinadas e as terras em disputa foram legalizadas, em sua maioria, a favor dos grandes latifundiários, de acordo com o projeto estadual de industrialização do campo.

O número de presos e mortos no conflito é incerto, porém dos vinte registrados, destacam-se Pedro Vieira de Moraes e Benedito dos Santos, ambos assassinados aos catorze anos, nos

conflitos de 10 de outubro de 1950.⁴

Resgata-se também a memória de Francisco Bernardo, membro da Liga Camponesa de Jaguapitã. Francisco foi preso, torturado e teve suas pernas quebradas. Depois foi entregue aos jagunços dos grileiros, que o assassinaram.⁵

2.1 Repercussões da Guerrilha de Porecatu

Um dos documentos mobilizados por OIKAWA (2011) chama a atenção, particularmente, pelo meio de vinculação; elaborado pelo escritório de advocacia Muniz Advogados, cujo conteúdo trata da defesa do cliente Ney Aminthas de Barros Braga, representado por familiares, em face das denúncias feitas pela Comissão Estadual da Verdade - PR. O documento inicia pela exaltação do cliente pelo legado político deixado pelos diversos cargos ocupados, sobretudo enfatizando o caráter “desenvolvimentista e cristão” da política empreendida durante seu mandato como governador do Estado. Em seguida, o texto apresenta os excertos da CEV-PR nos quais constam denúncias à Ney Braga, considerando que estas “extrapolam a simples crítica e resvalam, até, para a calúnia”.⁶

Um desses excertos apresenta o depoimento de Antônio Pereira Santana:

Com 7 anos chegou ao Paraná, moravam em fazenda de cana em Porecatu. Um certo dia, com aproximadamente 10 anos, ao ir comprar carne, viu um caminhão coberto de encerado e cheio de sangue, perguntou o que era e lhe disseram que eram de gente morta na Guerrilha de Porecatu. Descobriu depois que o comandante da ação chama-se Ney Amintas de Barros Braga, que mais tarde viria a ser o Governador do Estado. (CEV-PR, 2017, p.700)

A tese de defesa proposta por Muniz Advogados critica a transcrição do depoimento de Antonio Silva de Almeida por se tratar de um depoimento baseado em memórias de infância, e finaliza solicitando a retificação do papel do ex-governador na Guerrilha de Porecatu.

A partir desse excerto, pode-se notar um certo grau de disputa pela memória coletiva

⁴ Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban. 8.2 “A revolta de Porecatu: mortos no conflito” p.700.

⁵ Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban. 8.2 “A revolta de Porecatu: mortos no conflito” p.700

⁶ Evento 1, documento out 149, relacionado ao depoimento de Antônio Santana : Texto extraído de: OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram . São Paulo: Expressão Popular , 2011 , p. 126-133.

evocada pelos acontecimentos que compõem a Guerrilha de Porecatu, travada entre a CEV-PR e os familiares do ex-governador em questão. Convém destacar também que trata-se de um processo mobilizado posteriormente à morte de Ney Braga, no intuito de preservá-lo enquanto figura pública, ainda conforme o documento emitido por Muniz Advogados: “ em respeito à memória de Ney Braga e dos relevantes serviços que prestou como homem público ao Paraná e ao Brasil”.

Em relação ao processo histórico que se seguiu, nos anos seguintes, a política estadual de incentivo ao latifúndio consolidou o caráter agroindustrial da economia paranaense, privilegiando financeira e politicamente os grandes fazendeiros e seus pares, que saíram vitoriosos do conflito.

No plano nacional, devido à crescente perseguição comunista, o PCB encontrava dificuldades para se manter na legalidade e em 1948 os parlamentares eleitos pelo partido tiveram seus mandatos cassados. Dessa forma, os membros do Partido que lutaram em Porecatu, deixaram o norte do Paraná em setembro de 1951, derrotados e na clandestinidade política (OIKAWA, 2011).

Apesar desse contexto desfavorável herdado pelos pequenos agricultores, a Guerrilha de Porecatu constituiu-se como o esforço mais organizado de resistência à implantação do sistema de latifúndio monocultor industrializado nas “terras roxas” do Norte do Paraná. Também as ligas camponesas, criadas na ocasião, deixaram rastros que foram fundamentais para a fundação de sindicatos, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul, fundado em 1956 e as Uniões Gerais dos Trabalhadores (UGTs) (OLIVEIRA, 2020).

Além disso, os membros do PCB envolvidos no conflito levaram as experiências dos erros e acertos ocorridos em Porecatu para outros lugares do Brasil, alterando as abordagens do Partido em relação aos agrupamentos agrícolas. Nesse sentido, Conforme afirma Oliveira:

Na experiência de luta em Porecatu, fica o exemplo de que é na práxis social da luta/resistência, que se faz o processo de aprendizagem e formação política, como tomada de consciência. Consciência crítica portanto se constrói na luta, com imperativa necessidade de análise da lógica do capital, com uma teoria que permita um diagnóstico das contradições fundamentais do capital(...) (OLIVEIRA, 2020).

Na esteira dos impactos do conflito paranaense na conduta do PCB, está a organização da primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais, em 1954 e a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, conhecida como ULTAB (MARTINS, 1986).

3 Considerações finais

Os eventos que ficaram conhecidos como Guerrilha de Porecatu fazem parte de um processo mais amplo de transformação da economia norte paranaense cuja consequência mais evidente foi a consolidação do modelo agroindustrial voltado para exportação. No entanto, é necessário destacar que este processo não ocorreu de maneira passiva e linear; diversos grupos se posicionaram, de diferentes maneiras, em defesa de suas terras e meios de vida.

Desse modo, visou-se resgatar, através da pesquisa documental sobre os conflitos de Porecatu, a memória de um dos mais organizados focos de resistência existentes nos interstícios da expansão agrícola norte paranaense em face às evidências de uma política estatal que privilegiou grupos tradicionais ligados ao poder e favoreceu a concentração fundiária no estado.

Convém destacar que tais considerações acerca do referido conflito só foram possíveis graças ao denso trabalho de pesquisa realizado por grupos e comissões empenhados em resgatar memórias historicamente apagadas, sobretudo o grupo de trabalho “Violações no campo e povos indígenas” do relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, publicado em 2017.

Uma das peças centrais do mosaico da consolidação agroindustrial no norte do Paraná foi a utilização do aparato burocrático estatal nas tentativas de abafamento das revoltas; a concessão ilegal de terras à fazendeiros durante o governo Lupion (LEOCÁDIO, 1994), a ação ostensiva da polícia militar nos conflitos armados contra os posseiros (LEOCÁDIO, 1994) e a atuação arbitrária dos cartórios na construção de títulos de posse indevidos (OLIVEIRA, 2020) evidenciam uma sólida concatenação de instâncias oficiais voltadas para o prejuízo das demandas dos posseiros em luta.

Outro aspecto fundamental da experiência de resistência travada em Porecatu e adjacências foi o esboço de um tipo particular de organização rural, posteriormente denominada Ligas Camponesas (PRIORI, 2009). As Ligas Camponesas, construídas mesclando ideais camponeses de resistência territorial, defesa da política de reforma agrária e, não raro, organização interna associada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), explodiram na segunda metade do século XX, sobretudo no Nordeste do país. De acordo com Priori (2009), A Revolta de Porecatu figura como uma experiência a partir da qual o PCB identificou erros e acertos, os quais foram fundamentais para o desenvolvimento das Ligas Camponesas e sindicatos rurais em outras localidades do Brasil.

Nesse sentido, a Guerrilha de Porecatu pode ser entendida como uma experiência que, apesar dos diversos elementos desfavoráveis à resistência camponesa, conseguiu perdurar por anos, construir uma forte organização interna e se desdobrar em células precursoras de outras lutas.

Além disso, a defesa da utilização do campo considerando os meios de vida associados à agricultura familiar permanece relevante e, nesse contexto, o resgate da memória dos conflitos de Porecatu fornece, não apenas um amplo campo de aprendizado, como também de expectativas de mudança do cenário desigual no campo.

4 Referências bibliográficas

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ – Teresa Urban. **Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban**. Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/765>.

LEOCÁDIO, Leandro. “Guerra, guerrilha ou revolta de porecatu? Vários olhares, o mesmo acontecimento (1940-2011)”. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech12/arqtxt/PDF/leandroleocadio.pdf>. Acesso 04/06/2023.

MARTINS, José de Souza. “Os camponeses na política do Brasil”. Petrópolis, 1986. Editora Vozes.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OIKAWA, Marcelo. “Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram “. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 126-133.

OLIVEIRA, Daniel Carvalho de. “A Guerrilha de Porecatu-PR: Uma experiência de organização política no campo”. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020. 145p.

PRIORI, Ângelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_d3b4f3aae5bfb619d6f008a4b0f70cc6.pdf.

Teló, F. . (2019). A memória sobre a questão agrária durante a ditadura de 1964-1985:: a comissão nacional da verdade e a sociedade civil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 39(1), 161–178. <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.88>